

RELIGIÃO E MENTIRA*

LUÍS MOITA**

Trago-vos uma série de reflexões algo descosidas, como uma sequência de fragmentos, jogando com os dois termos da equação que me propuseram: religião e mentira. De algum modo, farei um percurso em torno de duas possíveis perguntas – Primeira: será a religião mentira? Segunda: Pode a religião consentir na mentira?

Numa das obras de Boris Vian, lê-se uma passagem, curiosamente retomada por Jorge Semprún no seu último romance: «neste livro, tudo é verdade porque tudo foi inventado». Eis um bom pretexto para iniciar a reflexão sobre o binómio religião/mentira. Poderá dizer-se do discurso religioso que ele é simultaneamente inventado e verdadeiro? Ou inversamente: sendo mistificador, esse discurso assenta na mentira, tornando-se «ópio»?

A sugestão contida nesta palavra «ópio» remete-nos evidentemente para o bem conhecido tema marxista da religião como ópio do povo. Para essa ideologia, a função da esfera religiosa seria a de estabelecer uma cortina de fumo, capaz de transportar as mentes para um mundo idealizado onde se dissolvessem as agruras da luta de classes. Factor de consolação, apelo a uma fraternidade impossível, espaço de suposta reconciliação universal, a religião seria componente dessa superestrutura vocacionada para ocultar e sublimar os elementos opressivos que se abatem sobre as duras condições materiais de existência. O proletário encontraria na religião o bálsamo para a exploração de que é vítima. Daí que ela seja produtora de alienação, no sentido literal de tornar o sujeito «alheio» (*alienus*) em relação a si mesmo,

215

* Comunicação apresentada nos Colóquios do Porto – Psicanálise e Cultura: «O Homem e a(s) Mentira(s)». Porto, 17 e 18 de Novembro de 2006.

**Vice-Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa.

desapropriado de si. Nesta hipótese, a religião seria intrinsecamente enganadora.

Mesmo fora do ambiente intelectual do marxismo, não é raro assistirmos a outras formas de aproximar o sagrado e o engano. Veja-se, a título de exemplo: assim como se fala de cleptomania para o hábito compulsivo de roubar, fala-se de mitomania para o hábito compulsivo de mentir. Isto subentende a associação entre mito e mentira. Caso essa associação fosse legítima, o mito seria uma efabulação, transportar-nos-ia para o mundo irreal da fantasia, necessariamente enganador. Longe de nos aproximar da realidade, o mito afastar-nos-ia dela, constituindo-se como falsidade. Nada de mais discutível. Numerosos estudos de antropologia cultural conduzem-nos para a conclusão de que «o mito é uma história contada pelos homens» na sua busca de compreensão das dimensões mais profundas do real (a origem do cosmos e dos viventes, a fecundidade da terra e a fertilidade sexual, a vida e a morte). Mesmo quando a narrativa mitológica se dissocia de qualquer facticidade historicamente comprovada, ela reporta-se a uma verdade escondida, na qual descortina sentidos vários. Em consequência, talvez seja prudente vencermos o preconceito da absoluta superioridade do conhecimento científico e questionar a nossa mentalidade «cientista», de modo a admitirmos que outras formas de aproximação à realidade, e entre elas o mito, têm o condão de nos pôr em contacto com a verdade das coisas. Recusemos assim qualquer juízo que leve a identificar discurso mitológico ou discurso religioso com mentira ou deturpação.

216

O tema da mentira foi objecto de uma aula que orientei já há muito tempo. Para compreender a mentira parecia impor-se a compreensão prévia do que é a verdade e esse pressuposto levou-nos a discorrer sobre as várias acepções da palavra verdade. A verdade pode significar pelo menos duas coisas: a correspondência entre o pensamento e a realidade e a correspondência entre a comunicação e o pensamento. No primeiro sentido, verdade opõe-se ao erro; no segundo, opõe-se à mentira. Enquanto assim discorríamos, dois alunos africanos ouviam em silêncio. Ao perguntar-lhes se estavam sintonizados com aquela análise e qual o seu conceito de verdade, surpreenderam-nos com esta resposta: «na nossa cultura, verdade é aquilo que só os mais velhos conhecem e a que um dia teremos acesso». A verdade é uma espécie de sabedoria escondida, que decifra os mistérios do mundo e do grupo humano, é o ainda não conhecido. Nesta acepção, verdade não se opõe a mentira mas a ignorância. O acesso à verdade é um longo caminho que quase dura a vida inteira.

Ao referir o «ainda não conhecido», reportamo-nos à verdade como algo que culmina um processo de iniciação. O ignorante é o não iniciado. O mais velho está mais próximo da verdade do que o mais novo. Por degraus, numa escalada ritual, vão-se desvendando enigmas e atingem-se novos patamares de conhecimento. De uma maneira ou de outra, as religiões, como as seitas ou as próprias sociedades secretas, incluem práticas iniciáticas onde os mistérios são conhecidos em doses progressivas e crescentemente assimiláveis. Desde as religiões místicas da antiguidade até às formas mais sofisticadas da religiosidade contemporânea, o crente é o «iluminado», sobre o qual é derramada a água purificadora, ou o sangue sacrificial. Sobre o mesmo crente, mais que tudo, incide o raio de luz, como se um relâmpago trouxesse das alturas a verdade que penetra o espírito. Longe de se associar à mentira ou ao engano, aqui a religião tornar-se-ia veículo obrigatório do acesso à verdade. Os iniciados gozariam de especial privilégio, atingiriam gratuitamente o que não está acessível a todos.

Sejam quais forem as distorções destas práticas, o rito iniciático tem o mérito de nos conduzir a algo que convém lembrar: a verdade não é uma coisa que se possui, é uma coisa que se procura. Dela poderíamos dizer o mesmo que, num maravilhoso paradoxo, Gregório de Nissa, da Capadócia, místico cristão do século IV, dizia de Deus: «A recompensa de quem o encontra é a alegria de o procurar» (tradução livre de uma passagem do seu livro *A Vida de Moisés*, onde cada trecho da narrativa histórica é reinterpretado em comentário místico).

A ser assim, pode estranhar-se que tanto o discurso científico, como o discurso religioso, alimentem a presunção de infalibilidade. A ciência (ou melhor, o espírito «cientista»), apoiada na experimentação empírica e na racionalidade das suas conclusões, presume ter acedido à verdade de modo seguramente objectivo. A religião, supostamente assente na autoridade da revelação divina, recusa qualquer dúvida quanto à inabalável credibilidade da doutrina. Uma e outra poderiam com vantagem mergulhar na modéstia da condição humana, acolhendo o princípio da incerteza e da inquirição permanente (já prenunciado na dúvida metódica de Descartes), antídoto contra a intolerância, o dogmatismo e o fanatismo.

Não sendo proprietária, antes servidora, da verdade, a religião pode consentir na mentira? À partida, parece não haver qualquer compatibilidade entre a crença religiosa (domínio da fé) e a aceitação da mentira (na esfera da ética). Veja-se o cristianismo e a sua equiparação da Verdade ou

da Palavra (com maiúscula) a Deus, tema tão desenvolvido pelo apóstolo São João. Poderia dizer-se que, para ele, sendo Deus *logos*, a mentira é distorção do Verbo e, portanto, perversão do *logos*. E a montante da mentira encontramos a fonte do mal, Satanás: «Vós sois filhos de um pai que é o Diabo e quereis cumprir os desejos do vosso pai. Ele foi assassino desde o princípio e não se manteve na verdade, porque nele não há verdade. Quando profere a mentira, fala do que lhe é próprio, porque também é mentiroso e pai da mentira» (citação de Jesus Cristo em João 8, 44).

É natural esta condenação sumária da mentira e aí a religião mais não faz do que assumir a evidência do imperativo ético. Quer dizer: nesta matéria, o discurso religioso não será muito distinto do discurso moral. Justamente porque mentir é atentar contra uma das pré-condições da convivência humana: a confiança mútua. Se deixamos de confiar na palavra de outrem, fica abalada a própria base da relação de confiança. Pode mesmo dizer-se, sem risco de pecar por exagero, que a veracidade é fundamento de civilização, enquanto a mentira é corrosiva da sociabilidade. A linguagem elaborada, essa prerrogativa do humano, se não é veículo de entendimento, destrói a capacidade comunicativa. E sem comunicação fiável a convivência fica ameaçada.

218

A palavra é feita para designar as coisas tais como são percebidas pelos interlocutores. Segundo a Bíblia, o Deus criador atribuiu aos primeiros humanos a responsabilidade de dar nomes «aos animais dos campos e às aves do céu [...] para que todos os seres vivos fossem conhecidos pelos nomes que o homem lhes desse» (Génesis 2, 19). «Dar o nome», é a maneira de o ser humano se apropriar do universo, permitindo que cada coisa seja reconhecida na sua identidade. Nomear é uma forma de dar sentido, sentido não arbitrário mas susceptível de reconhecimento por terceiros. A linguagem remete assim para a consistência do que existe enquanto apreendido pelo homem e a mentira atraiçoa tal correspondência.

Mais, se a palavra se distorce e é falseada, não apenas perde a sua fidelidade às coisas, como ainda agride o seu destinatário. Falsificação e agressão entrelaçam-se no acto de mentir. A mentira viola uma dupla obrigação de lealdade: lealdade ao real e lealdade a outrem.

As expressões utilizadas – fidelidade às coisas, lealdade ao real – têm de ser entendidas com alguma cautela. Uma interpretação defeituosa permitiria atribuir-lhes um sentido estático, servil, de correspondência mecânica a uma presumível objectividade cristalizada. Mas não. A realidade está em

mudança e o nosso respeito por ela inclui a capacidade de recriarmos a nossa relação com as coisas. A lealdade não é fixista. Um poeta – Herberto Helder – disse isto de modo assombroso, ao mostrar, num seu poema em prosa, que a metamorfose é a lei da vida, obrigando a «uma nova espécie de fidelidade». Seja-me permitido transcrever da sua obra «Retrato em movimento – As maneiras» em «Poesia toda» estas linhas profundíssimas:

Era uma vez um pintor que tinha um aquário e, dentro do aquário, um peixe encarnado. Vivia o peixe tranquilamente acompanhado pela sua cor encarnada, quando a certa altura começou a tornar-se negro a partir – digamos – de dentro. Era um nó negro por detrás da cor vermelha e que, insidioso, se desenvolvia para fora, alastrando-se e tomando conta de todo o peixe. Por fora do aquário, o pintor assistia surpreendido à chegada do novo peixe.

O problema do artista era este: obrigado a interromper o quadro que pintava e onde estava a aparecer o vermelho do seu peixe, não sabia agora o que fazer da cor preta que o peixe lhe ensinava. Assim, os elementos do problema constituíam-se na própria observação dos factos e punham-se por uma ordem, a saber: 1.º – peixe, cor vermelha, pintor, em que a cor vermelha era o nexo estabelecido entre o peixe e o quadro, através do pintor; 2.º – peixe, cor preta, pintor, em que a cor preta formava a insídia do real e abria um abismo na primitiva fidelidade do pintor.

Ao meditar acerca das razões por que o peixe mudara de cor precisamente na hora em que o pintor assentava na sua fidelidade, ele pensou que, lá de dentro do aquário, o peixe, realizando o seu número de prestidigitação, pretendia fazer notar que existia apenas uma lei que abrange tanto o mundo das coisas como o da imaginação. Essa lei seria a metamorfose. Compreendida a nova espécie de fidelidade, o artista pintou na sua tela um peixe amarelo.

Mente o pintor quando opera a variação cromática? Não é de crer. Mente o pintor quando aparenta trair a realidade e recria uma nova leitura das coisas? De modo algum. Aquilo que superficialmente pode ser tido como deturpação é afinal o exercício livre e criador – face à «insídia do real», face à lei da metamorfose – da acção humana, ela própria transformadora.

Avancemos mais um passo. É um facto que a falta de transparência da linguagem não resulta apenas da prática da mentira. A opacidade da comunicação existe, em maior ou menor grau, em qualquer contacto, como em qualquer diálogo. Desde a antiquíssima experiência de Babel, até ao cinema de Antonioni (sobretudo em «O deserto vermelho») ou ao teatro de Ionesco (lembrar «A lição» ou «A cantora careca»), a pluralidade das línguas aparece

como símbolo e demonstração da incomunicabilidade, tido por inevitável. Há uma não coincidência nos sentidos que damos aos conceitos, às emoções, o que não faz de nós necessariamente mentirosos, mas que obriga a linguagem a um exercício de decifração, de descodificação, na tentativa de eliminar ao máximo os equívocos das palavras que trocamos.

Voltando ao imperativo da palavra verdadeira, é lícito duvidar da viabilidade da norma que proíbe em absoluto mentir, quanto mais não seja se recordarmos o irónico diálogo de dois personagens de Tristan Bernard. Diz Anna: «Não quero ouvir mais mentiras». Responde Arthur: «Isso é a morte da conversação». Como se inevitavelmente a nossa comunicação estivesse armadilhada de pequenas ou grandes mentiras. Para já não falar daquelas frequentes situações do nosso quotidiano em que a palavra enganadora não só é tolerada como ainda apreciada e mesmo exaltada. A prestidigitação será talvez a prática por excelência onde a simulação constitui a própria regra do jogo: o ilusionismo faz da mentira a sua lei, para regozijo dos espectadores enganados. Enfim, até mesmo da arte e da ficção se pode dizer que são mentiras, porque se distanciam do real e criam o imaginário.

220

Mas regressemos à «verdadeira» mentira: ela não é só vício da comunicação ou engano deliberado para iludir o interlocutor, antes pode estar associada a um largo espectro de condutas ou atitudes. Aí muitas tipologias são possíveis de inventariar. Desde logo, a mentira é susceptível de se materializar pelo silêncio e pela ocultação. Isso acontece quando há «vida dupla», desencontro entre o que se proclama e o que se vive. A duplicidade (do agente criminoso de economia paralela, do sujeito de relação extraconjugal...) estabelece uma distância entre o que se diz e o que se faz, uma distância entre o que se esconde e o que se mostra, e subverte o quotidiano sob forma de simulação.

Quando a mentira é sobrecarregada pela falsa acusação, estamos no domínio da calúnia, onde a falsidade e a agressão se reforçam pela vontade de demolir a personalidade de outrem. Ou então a mentira é a hipocrisia, já presente na duplicidade e naquelas condutas onde a transparência cede à opacidade, levando a desfocar a imagem do hipócrita para daí retirar vantagens. Nesse registo, até a própria verdade pode ser mentirosa, quando hipocritamente usada para significar o contrário de si mesma ou para ocultar a sua própria negação («com a verdade me enganas»!). Essa instrumentalização da verdade ao serviço da mentira faz-nos pensar que a veracidade, quando excessiva, quando demasiado meticulosa, quando levada ao extremo

do seu purismo, fica numa fronteira ambígua que a coloca perigosamente próxima do logro.

A mentira, se é continuada e manhosa, com propriedade se pode designar de embuste. O embuste concretiza-se, por exemplo, na propaganda que é outra forma corrente de deturpação publicitária da verdade. A narrativa do propagandista distorce intencionalmente a realidade e instrumentaliza a expressividade dos meios utilizados para induzir conclusões enganadoras.

Como se sabe, o discurso político é um dos mais vulneráveis a este vício da comunicação, como se a mentira fosse ingrediente indispensável para a conquista e a manutenção do poder. Há uma espécie de tolerância para com a mentira do homem político, na pressuposição de que a mesma deve ser encarada com naturalidade, graças, quem sabe?, à sua inevitabilidade, à maneira de ossos do ofício. Segundo Maquiavel, «nunca faltaram a um príncipe pretextos legítimos para justificar a sua falta de palavra [...], mas é indispensável saber ocultar este pendor, disfarçá-lo bem; os homens são tão simples e tão obedientes às necessidades do momento que quem engana encontra sempre quem se deixe enganar». Aqui estamos perante a permissividade aristocrática da mentira, pois ao príncipe é lícito mentir, embora seja conveniente que o disfarce e que encontre pretextos satisfatórios. Esta ideia de legitimação elitista da mentira tem antigas raízes no próprio classicismo grego, mesmo em Platão, conforme nos diz um personagem da *República*: «Se realmente a mentira é inútil aos deuses mas útil aos homens sob forma de remédio, é evidente que o emprego de tal remédio está reservado aos médicos, sem que os profanos nele possam tocar. [...] Se há quem possa mentir são os chefes da cidade, para enganarem, no interesse da cidade, ou os inimigos ou os cidadãos; para qualquer outra pessoa a mentira é interdita». O que é proibido ao comum dos mortais torna-se, no mínimo, compreensível para os governantes, em nome do interesse da cidade – mais tarde dir-se-ia, por vezes com brutal «realismo», do interesse nacional. A «razão de Estado» justifica o logro dos cidadãos, como se ao poder fosse permitido confiscar em seu proveito a prerrogativa do acesso à verdade. Ou então, com suposta atenuante de pendor moralista, a verdade é inconveniente e a mentira legitima-se para evitar males maiores...

Neste percurso das numerosas encarnações da mentira, encontramos o fingimento. Se o poeta é fingidor, segundo Fernando Pessoa, ele não está sozinho nesse desempenho. Leia-se Pirandello para apreciar as variantes dessa estranha habilidade do fingimento. No seu teatro, é talvez a peça *Enrico IV* que melhor exprime o requinte do estratagema: para o príncipe,

a simulação da loucura é garantia de impunidade. Percorra-se o seu romance, como o recentemente publicado em português «Ele foi Mattia Pascal», onde o protagonista, dado como morto por engano, cria novas identidades e chega a encenar depois a própria morte, para fugir da ficção que ele mesmo criou e se reencontrar num grau superior de ilusão. Aí a mentira, num máximo de sofisticação, deixa de ser apenas vício de linguagem para se tornar condição de vida. Nestes casos, quando o quotidiano é vivido a fingir, o fingimento é, de modo alternado ou simultâneo, caminho de salvação e caminho de perdição. Em muitas circunstâncias, ao alimentar a ficção da vida fingida, o ser humano mais não faz do que prosseguir uma estratégia de sobrevivência. Mas nisso facilmente se perde.

Vale a pena perguntar se o fingimento é uma situação-limite ou uma relativa constante da condição humana. Ser pessoa, desde o teatro grego, é ser portador de máscara, para desempenho de determinado papel. A máscara (*persona*) é esse artefacto que esconde, disfarça, recria o personagem, mas também tem funcionalidade acústica ao fazer ecoar a voz e amplificar a dicção teatral. E nós, ao desempenharmos os vários papéis do nosso dia a dia, vamos usando múltiplas máscaras, sempre algo desajustados da nossa própria verdade, distorcendo-nos tanto as fisionomias como as vozes.

222

Enfim, mentimos quotidianamente, ou porque distorcemos as palavras, ou porque somos dúplices, ou pela nossa hipocrisia, ou porque caluniamos, ou porque alimentamos embustes, ou porque fazemos propaganda enganadora, ou porque somos fingidores. E, ao sermos pessoas, carregamos com as nossas máscaras. Mentimos por acção ou por omissão, pela palavra ou pelo silêncio, pela revelação ou pela ocultação.

A religião não tem antídoto seguro para estes desvios. É certo que pode avolumar em nós o desejo de transparência, de busca incessante da verdade e da ambição de relacionamento construtivo com os semelhantes, mas não possui soluções diferentes daquelas que são ditadas pelas regras do jogo da convivência humana. Todavia, cabe-lhe contribuir para melhorar a saúde da nossa comunicação, seja na esfera privada, seja no espaço público. Precisamos de cultivar em nós coisas simples e directas, tais como: ser veraz, honrar a palavra, confiar no que dizem os outros. Fortalecer os alicerces do nosso apreço pela verdade, donde a qualidade da nossa relação interpessoal sairá seguramente reforçada. Mas também cuidar da higiene da nossa democracia, exorcizando dela os demónios do embuste, deixando claro que nem mesmo as razões de Estado legitimam a mentira.